

**ÁREA SOCIAL. Audiência pública na Assembleia discute o assunto**  
**AL ganha Comitê em Direitos Humanos**

DA REDAÇÃO

O Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos foi instalado oficialmente ontem, durante audiência pública na Assembleia Legislativa.

A audiência foi de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos do Legislativo, presidida pelo deputado Judson Cabral (PT), em parceria com a Universidade Federal de Alagoas (Ufal), e com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

De acordo com o coordenador-geral de Educação em Direitos Humanos, professor Claudécir Barbosa, com a instalação do comitê alagoano totalizam 22 comitês estaduais em todo o País.

“O objetivo dos comitês é trabalhar a educação dos direitos humanos numa visão de construção para a cidadania, uma educação para a paz, que vai ter como mote a inclusão da te-

mática em direitos humanos no ensino formal e não formal”, informou.

Barbosa acrescentou que nos próximos dias 5 e 6 de junho estará reunindo todos os comitês, junto com o Comitê Nacional, o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação com o objetivo de difundir em todos os comitês a ideia das diretrizes dos direitos humanos que foram aprovadas no início deste ano.

**PROCESSO EDUCATIVO**

O deputado Judson Cabral destacou a importância do comitê. “A universidade, em parceria com a Secretaria dos Direitos Humanos, vem fazendo esse trabalho pedagógico e cultural em desmitificar o que realmente são os direitos humanos, e isso só vai acontecer através de um processo educativo”, observou o petista, reafirmando a importância da participação do Poder Legislativo no processo.



Instalação do comitê ocorreu no plenário da Assembleia Legislativa

De acordo com o gerente de projetos de Educação em Direitos Humanos, Arlan Montelares, a composição do comitê alagoano seguirá os moldes da estrutura do Comitê Nacional e será composto por duas parcelas da sociedade: as instituições públicas e entidades da sociedade civil organizada.

“A ideia é criar um espaço de interlocução para que seja analisado, proposto e avaliado as políticas desenvolvidas em direitos humanos. Sabemos que está num passo embrionário ainda em Alagoas, mas vem desenvolvendo ações significativas desde 2008”, informou o gerente de projetos. ●